

Reforma é enviada sem análise jurídica

Avaliação da SAJ afasta eventuais riscos de que texto da reforma administrativa contenha dispositivos que afrontem a Constituição

Jussara Soares

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O governo enviou sua proposta de reforma administrativa ao Congresso Nacional antes de o texto ser analisado formalmente pela Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), órgão responsável por aconselhar o presidente da República sobre a adequação legal de propostas e atos normativos do Poder Executivo.

A ausência da análise formal foi reconhecida em documento assinado pelo subchefe adjunto de Gestão Pública da SAJ, Jandyr Maya Faillace Neto, em 8 de setembro, cinco dias após o envio da proposta. O documento foi obtido pelo **Estadão** por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

“A nova versão, encaminhada ao Congresso Nacional, foi referendada pelo ministro de Estado da Economia e submetida ao presidente da República logo após a decisão sobre a matéria, sem que houvesse tempo de análise formal por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos (sic)”, diz o texto. A reforma administrativa foi elaborada ainda no fim do ano passado pela equipe econômica, mas ficou engavetada até setembro deste ano, quando a ala política do governo decidiu encaminhar a proposta. O texto foi enviado 24 dias depois de o então secretário Paulo Uebel, responsável pela formulação da reforma, pedir demissão justamente pela demora na agenda. O próprio presidente Jair Bolsonaro já havia dado indicações de que a reforma poderia ficar para 2021.

O cavalo de pau na orientação do governo teve como objetivo tentar sinalizar compromisso com a agenda de ajuste em meio à crescente descon-



RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL-18/12/2019

Causa-efeito. Texto foi enviado 24 dias depois de o então secretário Paulo Uebel pedir demissão pela demora na agenda

● **Argumentação**
“Foi um envio (para o Congresso) de supetão. O próprio presidente disse várias vezes que essa discussão ficaria para 2021.”
Marcelino Rodrigues
PRESIDENTE DA ANAFE

fiança dos investidores, daí a mudança rápida. Mas a proposta chegou ao Congresso desidratada, sem incluir servidores que já estão na carreira, a pedido de Bolsonaro.

No documento, a SAJ reconhece que a matéria foi “intencionalmente debatida, resultando

em documento diferente do originalmente proposto” e admite que a nova versão não passou pelo crivo formal do órgão.

Apesar disso, a SAJ ressaltou que “participou intensamente das discussões em torno da matéria e não identificou, em nenhum momento, contrariedade a dispositivo constitucional inabólvil”. Em seguida, o subchefe adjunto recomendou o arquivamento do processo de acompanhamento da proposta.

O mesmo processo já havia sido temporariamente arquivado em 29 de julho, quando ainda não havia perspectiva de envio do texto e duas semanas antes de Uebel pedir demissão.

A análise formal pela SAJ é feita para afastar qualquer risco de o presidente assinar uma proposta ou norma que afronte dispositivos da Constituição. Sua ausência pode ser usada para questionamentos, sobretudo de categorias de servidores que já têm combatido a reforma administrativa.

A proposta do governo, que está parada na Câmara à espera da análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), enfrenta resistências entre as categorias de servidores por flexibilizar a estabilidade para a maior parte das carreiras do serviço público. A reforma pretende criar cinco tipos de vínculos pa-

ra servidores públicos, apenas um deles com garantia de estabilidade no cargo após três anos de experiência. O texto mantém a previsão de realização de concursos públicos, mas também vai permitir ingresso por seleção simplificada para alguns vínculos.

Privatizações. Uma versão da proposta de reforma foi alvo de análise pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) da Casa Civil em 11 de março. Nesse documento, é possível identificar que a equipe econômica pretendia incluir na reforma administrativa um dispositivo pa-

ra acelerar a privatização de empresas estatais de União, Estados e municípios.

Pelo texto, as estatais existentes na data da promulgação da emenda constitucional seriam privatizadas, caso o Executivo não manifestasse interesse público na manutenção da empresa num prazo de dois anos.

“Trata-se de uma forma de instar os entes a reavaliarem a necessidade de empresas estatais explorando atividade econômica, já que historicamente estas padecem de problemas como ineficiência, alto endividamento, engessamento da força de trabalho, entre outros”, diz o documento.

Entidades que representam os servidores públicos criticaram a ausência de parecer formal da SAJ sobre a reforma. O Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado diz em nota que a reforma administrativa “viola cláusulas pétreas da Constituição Federal” e tem “diversas outras inconsistências conceituais e jurídicas”. Para a entidade, a ausência de análise pela SAJ ajuda a explicar esses problemas.

O fórum impetrou na semana passada um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo acesso a todos os documentos da proposta. O objetivo é saber quais são os cálculos detalhados do impacto da reforma e se o órgão jurídico do Ministério da Economia analisou o texto.

Já o presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues, disse que o fato de o SAJ não ter realizado o “ante-para-jurídico” mostra o atropelo do governo. “Foi um envio de supetão. O próprio presidente disse várias vezes que essa discussão ficaria para 2021.”

Economia quer cláusula que garanta pagamento de uma nova CPMF

Ideia do ministério é assegurar que uma transação financeira tenha validade jurídica só se imposto for pago

Adriana Fernandes
Jussara Soares | BRASÍLIA

Para que a cobrança da nova CPMF seja a mais ampla possível, o Ministério da Economia quer colocar uma cláusula que assegure que uma transação financeira só terá validade jurídica se o imposto for pago.

Segundo uma das fontes que trabalham no desenho do novo tributo, a cobrança vai incluir de igrejas a políticos. Para o Ministério da Economia, a pressão contra o novo imposto é “infernal”. Um integrante da equipe econômica chegou a dizer que os bancos trabalham contra o novo imposto porque não querem concorrência.

O governo quer o novo imposto para compensar a redução dos encargos cobrados das empresas sobre a folha de salários dos funcionários. Estudos do governo apontam que os encar-

gos sobre a folha de pagamento são cobrados mais em cascata do que o que seria a cobrança da nova CPMF (cumulatividade no jargão técnico).

A equipe econômica não desistiu de recriar o imposto, mas diz que é preciso o “timing político”. O próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já declarou abertamente ser contra a criação do novo imposto. O governo tentou um acordo para conseguir destravar a discussão no Congresso em troca do apoio à reforma tributária que tramita na Câmara, mas o trato não foi para frente.

Saúde. A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde – a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015,

● **Peso no bolso**
0,2%
seria a alíquota do novo imposto a ser cobrado tanto na entrada quanto na saída de recursos

o governo, então sob comando da presidente Dilma Rousseff, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, quer fazer um novo tributo com base mais ampla que a CPMF e alíquota de 0,2% cobrada tanto na entrada como na saída dos recursos. Com a arrecadação, o governo pretende zerar os encargos das empresas para os trabalhadores que ganham até um salário mínimo, reduzir a contribuição previdenciária de 20% para 10% e aumentar o limite de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil, proposta defendida por Guedes.

Líder do Podemos na Câmara, deputado Léo Moraes (RO), afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro concorda que não faz sentido retomar um imposto como a CPMF neste momento. O deputado se reuniu com o chefe do Executivo e o ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo no Palácio do Planalto. Moraes disse que levou ao presidente o posicionamento contrário ao aumento da carga tributária.

“Nós discutimos a questão da CPMF e tivemos um encontro de opiniões de que não faz sentido criar a CPMF.” Segundo Moraes, Bolsonaro foi “taxativo” e é contrário a qualquer aumento da carga tributária.

COLABOROU EMILLY BEHNKE

Privatização este ano deve ter só quebra do monopólio dos Correios

Guedes tinha prometido apresentar até quatro grandes privatizações no início de outubro, o que não foi cumprido

BRASÍLIA

Fontes da área econômica admitem que “o máximo que será possível” fazer com privatizações em 2020 é a quebra do monopólio dos Correios no serviço postal.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tinha prometido apresentar até quatro grandes privatizações no início de outubro, o que não foi cumprido. A avaliação da área econômica é que as privatizações não andaram porque a política não deixou o tema foi travado no Congresso. As fontes dizem, no entanto, que já há um acordo para a privatização de quatro estatais.

O time de Guedes tentou acelerar, em junho, o processo de privatização da Eletrobrás e dos Correios. As duas companhias estão na fila, na verdade, desde o início do governo do

presidente Jair Bolsonaro, e são parte da agenda liberal do ministro apresentada ainda no período de campanha presidencial. A investida em junho também previa destravar a venda da PPSA, estatal que opera a parte da União no pré-sal, cujos poços valem US\$ 100 bilhões, segundo a fonte. O governo também enviou um projeto de capitalização da Eletrobrás ao Congresso, mas a proposta está parada. Esse plano está em discussão desde o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Promessa. No começo de julho, Guedes prometeu: “Nós vamos fazer quatro grandes privatizações nos próximos 30, 60, 90 dias”. Um mês depois, ele repetiu o prazo: “nos próximos 30 a 60 dias”. Mas, na ocasião, ele fez um ajuste e começou a pre-

● **Debandada**
Com a pauta travada por causa da burocracia e da falta de apoio político, houve uma debandada do Ministério da Economia em agosto, quando os Salim Mattar e Paulo Uebel deixaram os cargos

ver o anúncio de três ou quatro grandes companhias.

Em nenhuma das falas, o ministro listou quais seriam as estatais a serem privatizadas. “Vamos esperar um pouquinho. Vocês vão saber já”, declarou em julho, em entrevista à CNN Brasil.

Ainda em agosto, a secretária especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimento) do Ministério da Economia, Martha Seillier, afirmou que um projeto de lei para rever o monopólio dos Correios no serviço postal seria enviado ao Congresso “nas próximas semanas”. No caso da PPSA, também não houve avanço.

Em embate com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o ministro acusou o deputado de travar a agenda de privatizações, apesar de Guedes não ter cumprido o cronograma de envio das propostas de venda de estatais.

Maia respondeu: o ministro está “desequilibrado”. O principal ponto de atrito é o projeto de privatização da Eletrobrás, que está travado na Câmara por falta de apoio da base aliada do governo.

Embora tenha se desfeito de participações do governo em empresas privadas, a gestão Bolsonaro não conseguiu fazer a agenda de privatizações andar e a venda de estatais está travada.

O governo Bolsonaro chegou a criar uma nova estatal, a NAV, responsável pela navegação aérea. / A.F. e J.S.

AVALIAÇÕES

EMBRAESP

Valores de mercado (venda ou locação) de imóveis urbanos e rurais de todo o País.
Credibilidade e experiência conquistadas por mais de 40 anos de independência, sigilo e isenção

Solicite orçamento também para avaliações patrimoniais e ativos industriais.

www.embraesp.com.br
avalia@embraesp.com.br

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

SuperAr

Comprovadamente eficaz no combate ao Coronavírus.

APROVADO PELA UNICAMP

superar.com.br

11 4612-5000 11 97615-5745

Um jornalismo que você pode ler, assistir, ouvir, compartilhar e dialogar.

JÁ PENSOU?

ESTADÃO